



A Problemática da Desigualdade Socioeconômica Internacional e a Ascensão dos Mercados Globais

Matheus Nascimento Moraes¹

RESUMO

Uma clara contradição permeia a realidade internacional: enquanto foi comprovado cientificamente que um desenvolvimento econômico de alcance global está realmente ocorrendo (KEOHANE, 2009), também é fato que as discrepâncias socioeconômicas presentes não somente dentro das sociedades, mas também entre elas, são proeminentes (BANCO MUNDIAL, 2019). Esses opostos fenômenos estão essencialmente relacionados à recente reconstrução do capitalismo naquilo que se entende pelo conceito de mercados globais, os quais vêm condicionando sistematicamente a economia mundial a partir da redistribuição do poder que outrora era concentrado nos Estados. Portanto, o objetivo do presente trabalho é investigar como a reorganização do capitalismo mundial tem gerado desigualdade e pobreza não somente dentro dos Estados, mas também a nível estrutural.

Palavras-chave: Desigualdade; Capitalismo; Mercados Globais; Estados.

Compreender o atual estágio da dinâmica socioeconômica internacional demanda enfrentar realidades distintas, apesar de profundamente entrelaçadas, que foram, e continuam a ser impulsionadas por alterações estruturais de longo prazo na economia mundial. Por um lado, foi comprovado cientificamente que um desenvolvimento econômico de alcance global está realmente ocorrendo (KEOHANE, 2009); por outro lado, também é científico o dado de que as disparidades econômicas presentes não somente dentro das sociedades, mas também entre elas, são proeminentes (BANCO MUNDIAL, 2019). Esses paradoxais fenômenos estão essencialmente vinculados à recente reestruturação do capitalismo naquilo que se entende pelo conceito de mercados globais, os quais vêm condicionando sistematicamente a economia mundial a partir da redistribuição do poder que outrora era concentrado nos Estados.

A desigualdade estrutural, quase ecumênica, é produto da convivência de realidades determinadas pela quantidade de riqueza acumulada pelos indivíduos. Nesse sentido, a pobreza enquadra aqueles que dispõem de pouca riqueza (CASTELLS, 1999). Os reflexos dessa condição são, em essência, a grave vulnerabilidade social, a baixa capacidade de resistir a

situações de privação e, em muitos casos, condições sub-humanas de vida. Assim sendo, o trabalho buscará entender de modo significativo a desigualdade socioeconômica global da atualidade, a fim de compreender – sobretudo através do método de revisão bibliográfica – qual é o elo entre a predominância alcançada pelos mercados globais e a desigualdade socioeconômica global. Para tanto, o desenvolvimento do trabalho irá consistir, inicialmente, de uma apresentação das características fundamentais dos mercados globais e suas implicações, em seguida discutir-se-á a diferença entre os conceitos de desigualdade e pobreza e, por fim, observar-se-ão pesquisas de organizações como a OXFAM e os trabalhos de Castells e Schirm como referências teóricas e práticas de pesquisa.

Primeiramente, salienta-se que o conceito “mercados globais” corresponde a um recorte particular do termo “globalização”. Este último circunscreve uma multiplicidade de dimensões analíticas, portanto faz-se necessário delimitar mais precisamente o escopo do trabalho, já que o foco são os aspectos econômico e social. Nesse sentido, “os mercados globais definem-se como o processo de crescente interpenetração global de mercados e economias nacionais, impulsionado por interações

competitivas de atores da economia privada” (SCHIRM, 1999, p. 7). Esse processo passou a reorganizar continuamente o sistema internacional a partir da década de 1970, sendo uma das consequências da ordem econômica mundial firmada em Bretton Woods, que privilegiou as condições básicas para o livre comércio e levou à adoção internacional do sistema liberal, que se configurava enquanto racionalidade econômica dominante. Além disso, os mercados globais se caracterizam por interações que não são determinadas por fronteiras, normas e interesses nacionais, mas sim pela lógica do lucro, gerando forte interdependência entre os mercados (SCHIRM, 1999).

Dessa forma, um dos maiores impactos dos mercados globais no sistema internacional é o cerceamento da autonomia de ação dos Estados que buscam fazer parte dessa realidade devido à pressão que passam a sofrer pela adaptação aos padrões competitivos (SCHIRM, 1999). Isto é, a liberdade para tomar decisões de política econômica (que está vinculada à ideia de soberania estatal) se encontra limitada pelos altos custos impostos aos Estados que não se orientarem pelas demandas do mercado. Novas mecânicas como a maior mobilidade de recursos e as possibilidades mundiais de alocação permitem aos atores privados investirem

onde a perspectiva de lucro é mais atrativa, o que materializa o constrangimento aplicado aos Estados (SCHIRM, 1999)².

Por outro lado, além do constrangimento da autonomia estatal, compreender mais amplamente os impactos dos mercados globais exige também considerar suas origens. Destacam-se, para esse fim, três dimensões principais: o sistema financeiro, a produção e o comércio globais. Quanto ao sistema financeiro global, a flexibilização das taxas cambiais a partir de 1971, aliada às desregulamentações competitivas de EUA e Inglaterra, provocou uma espécie de onda liberalizante no mundo, pois esses dois países se tornaram muito mais atrativos e os outros países precisaram responder da mesma forma. Quanto à produção global, há a expansão das empresas transnacionais e criam-se condições para a industrialização dos países em desenvolvimento. Por fim, quanto ao comércio global, os países vêm se engajando em processos de liberalização através do GATT/OMC, houve uma queda nos custos dos transportes e, com isso, surgem novos países industrializados (SCHIRM, 1999).

Todas essas transições resultaram em um desenvolvimento econômico

de alcance global, pois também contemplaram os países subdesenvolvidos do leste da Ásia, a Índia, China e a América Latina. Dados oriundos do Grupo Banco Mundial (2018) demonstram que a quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no mundo (o que se convencionou ser menos de US\$1,9 por dia) caiu de 36% em 1990 para 10% em 2015. China e Índia retiraram 1 bilhão de pessoas da pobreza no mesmo período. Todavia, apesar dessa evolução, um olhar mais atento demonstra as consequências negativas da reestruturação da ordem econômica mundial. A profunda desigualdade, juntamente com a pobreza, continua a ser uma das principais questões, sendo percebida dentro das sociedades e entre elas. No supracitado infográfico do Banco Mundial (2018), também consta o dado de que os índices de pobreza permanecem altos em países de renda baixa e afetados por conflitos.

Isto posto, é necessário distinguir conceitualmente algumas conceitos-chave que são inerentes à discussão, como a pobreza e a desigualdade. Nesse sentido, Manuel Castells (1999) estabelece a distinção entre vários processos de diferenciação social. Segundo o autor, debater a desigualdade é debater a distribuição da riqueza pela sociedade. Mas, mais do que isso, é também debater as

diferenças oriundas das relações de produção do capitalismo atual, assim como as diferenças de acesso à riqueza. A desigualdade seria, então, a apropriação diferencial dessa riqueza. Embora esse seja um aspecto natural do capitalismo, há uma tendência à radicalização desse processo no momento atual, o que gera condições mais complexas de desigualdade, tais como a polarização, um processo em que o topo e a base da distribuição de riqueza crescem mais do que a faixa intermediária. Por fim, para além do aspecto econômico, cumpre salientar que o argumento de Castells aborda a desigualdade também como uma questão de cunho social. Tópicos como o racismo e a desigualdade de gênero têm implicações econômicas e nas relações de produção.

Outro conceito importante e mais complexo do que se imagina é o da pobreza, pois não se resume somente à escassez de recursos financeiros. Ser pobre é relativo. Segundo Castells (1999), a pobreza é uma norma institucionalmente definida (por governos, por exemplo), referente a um nível de recursos abaixo do qual não se tem um padrão de vida minimamente digno em uma sociedade e época determinadas. É uma definição contextualizada pelos padrões gerais de vida de um país e de um período específico no tempo, já que, por exemplo, atualmente apenas fazer

refeições diariamente (um dos principais indicadores para o direcionamento de políticas públicas) não retira as pessoas da pobreza na Europa, mas pode retirar em muitos países da África Subsaariana e do sul asiático. É algo que tem relação com o bem-estar particular de uma sociedade. Ademais, na esteira dessa discussão está o conceito de miséria, que corresponde à condição de pobreza extrema ou privação (CASTELLS, 1999).

Então, o cenário que se constrói a partir da reestruturação do capitalismo internacional é um mundo onde a desigualdade se aprofunda cada vez mais. As transformações ocorridas nas áreas do comércio, da produção e do investimento internacional geraram uma disparidade econômica maior, o que agrava o quadro de pobreza e desigualdade globais. Para consolidar essa perspectiva, cumpre salientar alguns dados: segundo a OXFAM (2019), o 1% mais rico do mundo tem mais do que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas juntas; os 22 homens mais ricos do mundo têm mais dinheiro do que todas as mulheres da África. Mais particularmente sobre a pobreza, o Grupo Banco Mundial (2018) estima que 656 milhões de pessoas (10% da população mundial), sendo 413 milhões delas da África Subsaariana, vivam com menos de US\$1,90 por dia. E quando se aumenta essa linha para US\$5,50

estima-se 46% da população mundial viva com menos do que esse valor diariamente. O PIB per capita dos países do eixo EUA-Europa-Japão é extremamente discrepante em comparação com o sul econômico (BANCO MUNDIAL, 2018). Por fim, de acordo com o Fórum Econômico Mundial (2019), os países de alta renda concentram 63,1% do PIB mundial, enquanto os países de renda baixa, com o total de 705 milhões de pessoas, correspondem a apenas 0,7%.

Dessa forma, ao colocar os conceitos de desigualdade e pobreza, os dados do parágrafo anterior (que são resultados, de certo modo) e a reestruturação previamente comentada do capitalismo global em perspectiva, é possível compreender as conexões entre eles. Nesse sentido, notabilizam-se diferenças micro e macroeconômicas. Quanto ao aspecto micro, o princípio da competitividade norteia o sistema capitalista atual, em muitos casos privilegiando o capital em detrimento do trabalhador. Nesse sentido, processos como a superexploração – horas extras não-oficiais e não remuneradas, por exemplo – e a individualização do trabalho, que visa desvincular o empregado da coletividade, logo evitando amparo externo em prol de direitos trabalhistas, compõem a realidade do mercado. Ademais, fatores sociais também geram

impactos nas relações de produção, já que o gênero e a etnia podem obstar o acesso a posições que permitam autonomia (CASTELLS, 1999). Demonstrando, dessa forma, que não somente minimizou-se, em muitos casos, a condição dignidade dos trabalhadores, mas também a maior vulnerabilidade de determinados grupos.

De outra parte, as relações crescentemente desiguais de produção são apenas uma das consequências produzidas pela ascensão dos mercados globais. O fator mais preocupante, entretanto, evidencia-se, ao que parece, pela particular característica dos mercados globais de servirem como instrumento de perpetuação da desigualdade estrutural dentro das nações e entre elas, em especial através do supracitado constrangimento à autonomia dos Estados. Obviamente, a desigualdade não é um novo aspecto da humanidade, mas a maneira como ela atingiu os moldes atuais é muito recente. Nesse sentido, Vidigal (2006) salienta que, ao longo da história, muitos dos países acumuladores de capital atualmente (como muitos países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão) ocupam esse posto há muito. O que todas as transformações previamente comentadas no campo sistema financeiro, da produção e do comércio globais agregaram a esse

processo foi a mobilização – organizada pelas potências, mas reiterada internacionalmente – para a promoção da ideologia e da agenda neoliberais. O que implica implica diferentes resultados, a depender da sua posição na Divisão Internacional do Trabalho moderna.

Nos países subdesenvolvidos, são organizados polos de produção que atendem especialmente aos interesses de empresas transnacionais que buscam oportunidades baratas de produção para exportação nos países em desenvolvimento, não havendo, então, a distribuição interna dos recursos (PEREIRA, 2010). Assim sendo, essa ocupação industrial tecnológica externa acaba por reservar apenas o setor primário da economia, ou seja, a produção de agrícolas para a iniciativa privada desses países (CERVO, 2015), e com o processo de deterioração dos termos de troca, em que há a valorização de produtos tecnológicos e a subvalorização de produtos agrícolas, os países que são grandes exportadores agrícolas e produtores incipientes de tecnologia estarão continuamente mais pobres do que o grandes polos tecnológicos de mundo, o que reforça o fator estrutural da desigualdade atual. Ademais, Stiglitz (2002) argumenta que as instituições financeiras

internacionais, como o FMI, também têm responsabilidade nesse processo. Por dois motivos: defendem, com frequência, os interesses dos países industrializados em detrimento do mundo em desenvolvimento, o que não é sua função; e, ao longo da década de 1980, impuseram o neoliberalismo aos países pobres, que usualmente precisavam de empréstimos e financiamentos dos ricos para sua industrialização. industrialização.

Em síntese, conclui-se que, como argumenta Castells (1999, p. 107), “a ascensão do capitalismo informacional caracteriza-se, indubitavelmente, pelo desenvolvimento e pelo subdesenvolvimento econômico simultâneos”, atingindo em diferentes níveis tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento. Por extensão, as atuais configurações do sistema financeiro, do comércio e da produção são alguns dos principais elementos que geram e promovem a desigualdade de modo sistematizado. Os mercados globais toleram, portanto, em alguma medida, a coexistência da concentração de renda no mundo desenvolvido e das condições miseráveis de vida. Em última instância, a reestruturação do capitalismo foi instrumentalizada para promover a ideologia Neoliberal globalmente e condiciona de forma contínua a economia mundial de

modo a perpetuar a hegemonia dos centros históricos de acumulação de capital. É nesse contexto que a desigualdade estrutural e a pobreza se inserem como temáticas imperativas no cenário contemporâneo.

Notas

1. Discente em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.
Email: matheusmoraes85@gmail.com

2. Entretanto, ressalta-se que não está sendo sugerida uma impotência do Estado frente à ordem econômica. Os mercados globais somente se tornaram hegemônicos porque essa ideia corresponde simultaneamente aos interesses das grandes potências e das grandes empresas pela expansão e maior lucratividade, além de contarem com comportamentos dos outros Estados que corroboram essa realidade.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. A **Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, A. L.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5ª Edição rev. e amp. Brasília: UnB, 2015.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The \$86 trillion world economy - in one chart.**

Disponível em:
<https://www.weforum.org/agenda/2019/09/fifteen-countries-represent-three-quarters-total-gdp/>. Acesso em: 24 jun 2020.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **GDP per capita (current US\$).** Disponível em:
<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?view=map>. Acesso em: 24 jun 2020.

_____. **Infographic: Poverty and Shared Prosperity 2018 - Piecing Together the Poverty Puzzle.** Disponível em:
<https://www.worldbank.org/en/news/infographic/2018/10/17/infographic-poverty-and-shared-prosperity-2018-piecing-together-the-poverty-puzzle>. Acesso em: 23 jun 2020.

KEOHANE, R. O. (2009). **"The old IPE and the new"**. Review of International Political Economy, 16(1), (34-46).

OXFAM. **Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade.** Oxfam Internacional: 2020.

PEREIRA, M. F. V. **A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização.** Uberlândia: 2010.

Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/sn/v22n2/a09v22n2.pdf>. Acesso: 26 jun 2020.

SCHIRM, Stefan A. **Mercados globais e margem de ação do Estado.** Papers, n.º 36. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios.** São Paulo: Futura, 2002.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. A nova ordem mundial. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação.** São Paulo: Saraiva, 2006.

